



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## PROJETO DE LEI Nº 94/2025

**Dispõe sobre a responsabilização financeira do autor de maus-tratos aos animais pelos custos veterinários decorrentes do resgate, do tratamento e da recuperação dos animais no âmbito do Município de Campo Belo/MG, e dá outras providências.**

A Vereadora subscrevente, no uso de suas atribuições legais, propõem a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica instituído, no Município de Campo Belo/MG, que todo tutor responsável legal por animal vítima de maus-tratos, comprovadamente autuado por autoridade competente, será obrigado a arcar com todas as despesas veterinárias decorrentes do resgate, do tratamento e da recuperação do animal.

**Parágrafo único.** O pagamento das despesas do tratamento do animal não substitui outras sanções aplicáveis.

**Art. 2º.** As despesas referidas no art. 1º compreendem, entre outras:

- I – atendimento de urgência e emergência veterinária;
- II – internações, exames e medicamentos;
- III – procedimentos cirúrgicos e cuidados especializados;
- IV – alimentação especial durante o tratamento.

**Art. 3º.** A responsabilidade financeira será apurada administrativamente pela autoridade competente e poderá ser exigida por via administrativa ou judicial, por meio de cobrança ao infrator.

**Art. 4º.** As despesas a serem ressarcidas pelo agressor deverão ser comprovadas por meio de recibos, notas fiscais e outros documentos emitidos pelos prestadores de serviços veterinários ou organizações de proteção animal responsáveis pelo tratamento do animal.

COMISSÕES:  
17/11/23

CPDAMA  
CDHMIR  
CEEC

COMISSÕES:  
17/11/23

CCJ  
CSPM  
CFO  
CSAS



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

**Art. 5º.** Quando o atendimento do animal for realizado por serviço público veterinário, o agressor deverá ressarcir a Administração Pública por todos os custos com o tratamento do animal vítima de maus-tratos, sendo que o não pagamento dos custos referidos poderá ensejar a inscrição do débito em dívida ativa do Município.

**Art. 6º.** No caso do atendimento ser realizado por clínica veterinária privada conveniada, o agressor deverá ressarcir o protetor responsável que efetivou os cuidados do animal ou efetuar o pagamento diretamente à clínica, nos termos do art. 4º.

**Art. 7º.** O cumprimento das obrigações previstas nesta Lei não exime o agressor das demais sanções penais, civis e administrativas decorrentes dos atos de maus-tratos, conforme a legislação vigente.

**Art. 8º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2025.

  
**Ana Carla da Silva Cardoso Maia**  
Vereadora



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa estabelecer a responsabilização efetiva dos autores de maus-tratos contra animais, obrigando-os a arcar com todos os custos de atendimento veterinário decorrentes de seus atos.

Na maioria dos casos, o que acontece é somente uma notificação para o tutor mude de conduta, ou o responsável pode ser preso e solto, logo em seguida, e a multa aplicada não é direcionada ao animal vítima dos maus-tratos, quando sobrevivem. Felizmente, dia a dia, tentamos alterar essa realidade, levando os agressores à justiça e criando políticas públicas que diminuam os índices de maus-tratos.

Na prática, os protetores, ONGs e até mesmo o poder público municipal acabam assumindo gastos consideráveis no resgate, socorro, internação e tratamento de animais vítimas de crueldade. A impunidade financeira acaba estimulando a reincidência.

Ao obrigar os autores do crime a ressarcirem os custos, esta lei reforça o princípio da responsabilidade civil e desonera quem hoje atua na linha de frente da proteção animal, como é o caso do nosso mandato, que frequentemente socorre animais abandonados ou agredidos.

Além disso, a medida está alinhada com o artigo 225, §1º, inciso VII da Constituição Federal, que impõe ao poder público e à coletividade o dever de proteger a fauna e vedar práticas que submetam os animais à crueldade.

Por tal motivo, conto com apoio dos pares para aprovação do presente Projeto de Lei.